



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0009887-85.2021.6.05.8000
INTERESSADO : COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
ASSUNTO : Análise de regularidade da licitação

Parecer nº 35 / 2021 - PRE/DG/ASSESD

Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS, visando a eventual contratação de serviços de sanitização e desinfecção predial nas instalações desta Justiça Eleitoral, localizadas na capital e no interior do Estado, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 19/2021 (documento n.º 1677441).

Cumpre registrar, inicialmente, que o procedimento em análise aproveitou os atos inerentes à fase interna do Pregão n.º 12/2021, o qual foi republicado sob o n.º 13/2021, em razão de ocorrências relacionadas à operacionalização do sistema Comprasnet. Ainda pelo mesmo motivo, foi também autorizada a revogação do Pregão n.º 13/2021, conforme decisões contidas nos documentos n.ºs 1653521 e 1669714.

Desse modo, verifica-se o cumprimento das condições relativas à fase interna do certame, conforme consignado abaixo:

- previsão no Plano Anual de Contratações – PLANCONT, documento n.º 1606484 do SEI 0009960-57.2021.6.05.8000;
- estimativa de preços, consoante planilha padrão e manifestação da SEAQUI, documentos n.ºs 1616827 e 1616835;
- informação da ação orçamentária, uma vez que se trata de Registro de Preços, documento n.º 1621529; e
- análise da legalidade da minuta do instrumento convocatório e dos demais atos relacionados à presente licitação (documentos n.ºs 1625318, 1646621, 1652995 e 1669192).

Mediante documento n.º 1673076, foi autorizada a abertura da licitação em apreço, cujo edital foi publicado em meio eletrônico e no DOU (documentos n.ºs 1677531 e 1677494).

Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio nomeados por meio da Portaria n.º 45/2020 (documentos n.ºs 1631723 e 1677446).

Houve pedido de esclarecimento, o qual foi respondido e publicado (documentos n.ºs 1691528 e 1691550).

Aberta a sessão na data prevista, após análise preliminar das propostas comerciais apresentadas, deu-se início à fase competitiva, ofertando-se aos participantes a possibilidade de fornecimento de lances sucessivos.

Do exame dos documentos de habilitação das licitantes (docs. n.ºs 1697069, 1697111 e 1697130), verifica-se o atendimento dos requisitos do edital. Verifica-se, ainda, que na fase de habilitação, o Pregoeiro contou com o auxílio da área demandante. Assim, sagraram-se vencedoras as empresas indicadas no Relatório Resultado por Fornecedor (documento n.º 1697132).

Observa-se que houve negociação para reduzir os preços ofertados, não se obtendo êxito.

Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, não houve manifestação das licitantes.

Destarte, uma vez observada a regularidade do procedimento licitatório, sugere-se a homologação do Pregão, devendo a Administração, em ato contínuo, convocar as empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/2002, arts. 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/2013, bem como de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação, Ata de Realização do Pregão Eletrônico e Relatório Final do Pregão (documentos n.ºs 1697132, 1697139, 1697155 e 1697190).

Importante salientar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária.

Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

Maria Regina Ribeiro Santana

Analista Judiciário/ASSESD

De acordo.

Ao Diretor-

Geral, para apreciação.

RONILDO

DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 17/08/2021, às 11:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 17/08/2021, às 12:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1697714** e o código CRC **E8C7097D**.